



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Secretaria Municipal de Recursos Humanos
Departamento de Saúde Ocupacional

TERMO DE REFERÊNCIA - TR

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

ÓRGÃO GERENCIADOR

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Ponta Grossa.

CNPJ: 76.175.884/0001-87.

ENDEREÇO: Av. Visconde de Taunay, 950 - Ronda - CEP: 84051-900 - Ponta Grossa/PR.

FONE: (42) 3220-1000 - ramal 1454.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: prefeiturapg.decom@gmail.com

SEI: SEI143504/2025

1. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h' da Lei nº 14.133/2021).

1.1 A contratação será realizada conforme a Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 21.500/2023, através do procedimento de: **pregão eletrônico por meio do sistema de registro de preços do tipo menor preço.**

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6º, alínea XXIII, inciso 'a' 'i', Lei nº 14.133/2021)

2.1 OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de exames ocupacionais admissionais, periódicos, retorno ao trabalho e demissionais (para suprir demandas que não puderem ser absorvidas pelo médico do setor), exames laboratoriais e análises clínicas, exames de imagem, exames complementares e realização de exames toxicológicos para motoristas de categorias C, D e E, mediante sistema de sorteio randômico, a ser realizado pela contratada, conforme Portaria nº 612/2024.

Lote	Órgão	Item	Descrição do Objeto	Unidade de Medida	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
01	PMPG	01	Exame Clínico com emissão de Atestado de Saúde Ocupacional (ASO)	und	7.908	R\$ 38,37	R\$ 303.429,96
		02	Acuidade Visual	und	249	R\$ 13,13	R\$ 3.267,95
		03	Audiometria	und	311	R\$ 22,75	R\$ 7.075,25
		04	Hemograma Completo	und	1.642	R\$ 10,42	R\$ 17.109,64
		05	Glicemia	und	249	R\$ 8,87	R\$ 2.208,63
		06	Micológico	und	407	R\$ 15,87	R\$ 6.459,09
		07	Parasitológico	und	407	R\$ 11,82	R\$ 4.810,74
		08	Anti HBS	und	8	R\$ 25,58	R\$ 204,64
		09	HBS Ag	und	8	R\$ 34,25	R\$ 274,00
		10	Chumbo Sanguíneo	und	10	R\$ 33,48	R\$ 334,80



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Secretaria Municipal de Recursos Humanos
Departamento de Saúde Ocupacional

		11	Ácido Delta Aminolevulínico	und	10	R\$ 35,95	R\$ 359,50
		12	Tolueno Urinário	und	10	R\$ 270,00	R\$ 2.700,00
		13	Ácido Metil Hipúrico	und	10	R\$ 29,25	R\$ 292,50
		14	Brucela Igg	und	10	R\$ 85,79	R\$ 857,90
		15	Brucela Igm	und	10	R\$ 81,17	R\$ 811,70
		16	Eletrocardiograma	und	249	R\$ 48,00	R\$ 11.952,00
		17	Eletroencefalograma	und	249	R\$ 72,23	R\$ 17.983,85
		18	Espirometria	und	14	R\$ 32,98	R\$ 461,72
		19	Raio X de Tórax	und	62	R\$ 82,75	R\$ 5.130,50
		20	Raio X da Coluna	und	107	R\$ 77,98	R\$ 8.343,86
		21	Avaliação Psicossocial	und	24	R\$ 78,25	R\$ 1.878
		22	Teste de Romberg	und	24	R\$ 38,75	R\$ 930,00
	AID	23	Exame Clínico com emissão de Atestado de Saúde Ocupacional (ASO)	und	17	R\$ 38,37	R\$ 652,29
		24	Hemograma Completo	und	2	R\$ 10,42	R\$ 20,84
	FASPG	25	Exame Clínico com emissão de Atestado de Saúde Ocupacional (ASO)	und	286	R\$ 38,37	R\$ 10.973,82
		26	Acuidade Visual	und	35	R\$ 13,13	R\$ 459,55
		27	Audiometria	und	10	R\$ 22,75	R\$ 227,50
		28	Hemograma Completo	und	41	R\$ 10,42	R\$ 427,22
		29	Glicemia	und	35	R\$ 8,87	R\$ 310,45
		30	Micológico	und	26	R\$ 15,87	R\$ 412,62
		31	Parasitológico	und	26	R\$ 11,82	R\$ 307,32



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Secretaria Municipal de Recursos Humanos
Departamento de Saúde Ocupacional

		32	Eletrocardiograma	und	35	R\$ 48,00	R\$ 1.680,00
		33	Eletroencefalograma	und	35	R\$ 72,23	R\$ 2.528,05
		34	Avaliação Psicossocial	und	5	R\$ 78,25	R\$ 391,25
		35	Teste de Romberg	und	5	R\$ 38,75	R\$ 193,75
	IPLAN	36	Exame Clínico com emissão de Atestado de Saúde Ocupacional (ASO)	und	40	R\$ 38,37	R\$ 1.534,80

Lote	Item	Descrição do Objeto	Unidade de Medida	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
02	01	Toxicológico	un	72	R\$ 137,50	R\$ 9.900,00
	02	Sorteio Randômico	un	12	R\$ 110,00	R\$ 1.320,00
Total						R\$ 11.220,00

2.2 Especificações do produto / serviço:

- **Lote 01, item 01, 23, 25 e 36:** Exame Clínico com emissão de Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) – Consiste na avaliação médica realizada por profissional habilitado, com o objetivo de verificar as condições de saúde do trabalhador em relação às atividades que desempenha ou desempenhará. O resultado da avaliação é formalizado por meio do ASO, conforme previsto na NR-7. Pode ser realizado nas seguintes situações: admissão, exame periódico, retorno ao trabalho e demissão.
- **Lote 01, item 02 e 26:** Acuidade visual – avaliação da capacidade visual do trabalhador, realizada com uso de optótipos padronizados, visando verificar se o trabalhador apresenta visão adequada para o exercício seguro de suas funções.
- **Lote 01, item 03 e 27:** Audiometria – Exame que avalia a capacidade auditiva do trabalhador necessário para monitoramento de possíveis perdas auditivas induzidas por exposição a níveis elevados de ruído.
- **Lote 01, item 04, 24 e 28:** Hemograma Completo – Exame laboratorial de sangue que avalia as células que compõem o sangue e é requisitado para diagnóstico ou prevenção.
- **Lote 01, item 05 e 29:** Glicemia – Exame que mede os níveis de glicose no sangue, com o objetivo de detectar e monitorar condições como o diabetes.
- **Lote 01, item 06 e 30:** Micológico – Exame laboratorial que identifica a presença de fungos em amostras como raspados de pele, unhas, cabelo ou secreções, sendo essencial para diagnosticar micoses.
- **Lote 01, item 07 e 31:** Parasitológico – Exame laboratorial para detectar a presença de parasitas intestinais, como protozoários e vermes, através da identificação de seus ovos, larvas, cistos ou formas adultas.
- **Lote 01, item 08:** Anti Hbs – Exame laboratorial que detecta anticorpos contra o vírus da hepatite B no sangue, indicando a imunidade do indivíduo.
- **Lote 01, item 09:** Hbs Ag – Exame laboratorial que detecta uma proteína na superfície do vírus da hepatite B para identificar se há infecção ativa.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Secretaria Municipal de Recursos Humanos
Departamento de Saúde Ocupacional

- **Lote 01, item 10:** Chumbo Sanguíneo – Exame laboratorial que mede a quantidade de chumbo no sangue, para diagnósticas e monitorar a intoxicação por chumbo.
- **Lote 01, item 11:** Ácido Delta Aminolevulínico – Exame laboratorial que mede a quantidade dessa substância na urina, servindo como um indicador biológico da exposição ao chumbo.
- **Lote 01, item 12:** Tolueno Urinário – Exame laboratorial usado para avaliar a exposição ocupacional a este solvente geralmente realizado ao final da jornada de trabalho.
- **Lote 01, item 13:** Ácido Metil Hipúrico – Exame laboratorial usado, principalmente para monitorar a exposição ocupacional a solventes industriais como xileno.
- **Lote 01, item 14:** Brucela IgG – Exame laboratorial que detecta anticorpos do tipo IgG produzidos pelo corpo em resposta à bactéria Brucella, responsável pela brucelose. Ele é usado para diagnosticar a doença, monitorar a infecção e avaliar se o organismo já foi exposto à bactéria.
- **Lote 01, item 15:** Brucella IgM - Exame laboratorial que detecta anticorpos contra a bactéria Brucella, indicando uma infecção recente ou ativa.
- **Lote 01, item 16 e 32:** Eletrocardiograma (ECG) – Exame que registra a atividade elétrica do coração, utilizado para identificar arritmias, isquemias ou outras alterações cardíacas.
- **Lote 01, item 17 e 33:** Eletroencefalograma (EEG) – Exame que monitora a atividade elétrica do cérebro por meio de eletrodos colocados na cabeça, mostram os padrões de funcionamento elétrico do cérebro.
- **Lote 01, item 18:** Espirometria - Exame que mede a quantidade e a velocidade com que o ar entra e sai dos pulmões, avaliando a função pulmonar.
- **Lote 01, item 19:** Raio X do Tórax – Exame de imagem dos pulmões com laudo técnico elaborado conforme os padrões da Organização Internacional do Trabalho (OIT), utilizado para rastreamento e controle de doenças pulmonares ocupacionais.
- **Lote 01, item 20:** Raio X de Coluna – Exame de imagem da coluna utilizado para rastreamento e controle de problemas na coluna.
- **Lote 01, item 21 e 34:** Avaliação Psicossocial – Exame realizado para analisar fatores emocionais e sociais que influenciam o comportamento de um indivíduo no trabalho, especialmente em atividade de risco.
- **Lote 01, item 22 e 35:** Teste de Romberg - Exame realizado para avaliar o equilíbrio estático e identificar problemas de propriocepção (percepção do corpo sobre sua posição e movimento no espaço).

- **Lote 02, item 01:** Toxicológico – Exame destinado à detecção de substâncias psicoativas e entorpecentes no organismo, com janela de detecção mínima de 90 dias, realizado por meio de análise de amostras de queratina (cabelos ou pelos). Deve seguir as normas da ANVISA e do Ministério do Trabalho, sendo exigido conforme Portaria 612/2024 e/ou outra legislação específica.
- **Lote 02, item 02:** Sorteio Randômico – O sistema de seleção randômica deverá selecionar mensalmente os motoristas da Administração Direta e Indireta da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa/PR abrangidos pela Portaria 612/2024, de tal forma que sejam testados pelo menos uma vez no período de 2 (dois) anos e 6 (seis) meses, não incluído os motoristas que estiverem com exame pré-admissional nos últimos 60 dias ou afastados de suas funções, seja por qualquer razão. A cada seleção randômica realizada, deverá ser enviado relatório com a relação de motoristas selecionados, para notificação dos mesmos e encaminhamento de guia para realização do exame toxicológico. A cada seleção randômica efetivada, o laboratório contratado deverá emitir relatório circunstanciado com todos os eventos ocorridos. O sistema deverá registrar as extrações randômicas realizadas, bem como as substituições e/ou alterações efetivadas em banco de dados específico e armazená-lo no sistema pelo período de 5 (cinco) anos. O sistema deverá gerar certificados para os motoristas que participaram do processo de randomização, mas não foram selecionados. O relatório circunstanciado com a informação do resultado positivo ou negativo deverá ser encaminhado a Contratante. O laboratório deverá manter portal em que seja possível validar a autenticidade dos laudos, inserindo o número dos mesmos e o CFP do motorista e, deverá manter o sistema permanentemente atualizado de acordo com a ISO 24153:2009.

Os agendamentos deverão ser realizados, conforme demanda, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, devido o dimensionamento administrativo do setor de medicina do trabalho será entregue a guia



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Secretaria Municipal de Recursos Humanos
Departamento de Saúde Ocupacional

ao servidor, o qual deverá realizar o agendamento dos exames no prazo máximo do dia posterior ao recebimento da guia.

Considerando que os prontuários são realizados em meio físico, a entrega dos resultados deverá ser realizada de forma impressa, em envelope lacrado e identificado, entregue diretamente aos fiscais, no local e data informados no item 12 deste Termo de Referência.

• **Quantitativo total por objeto descrito**

Descrição do objeto	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Total
Exame Clínico com emissão de Atestado de Saúde Ocupacional (ASO)	und	8.251	R\$ 316.590,87
Acuidade Visual	und	284	R\$ 3.727,50
Audiometria	und	321	R\$ 7.302,75
Hemograma Completo	und	1.685	R\$ 17.557,70
Glicemia	und	284	R\$ 2.519,08
Micológico	und	433	R\$ 6.871,71
Parasitológico	und	433	R\$ 5.118,06
Anti HBS	und	8	R\$ 204,64
HBS Ag	und	8	R\$ 273,96
Chumbo Sanguíneo	und	10	R\$ 334,80
Ácido Delta Aminolevulínico	und	10	R\$ 359,45
Tolueno Urinário	und	10	R\$ 2.700,00
Ácido Metil Hipúrico	und	10	R\$ 292,45
Brucela Igg	und	10	R\$ 857,90
Brucela Igm	und	10	R\$ 811,65
Eletrocardiograma	und	284	R\$ 13.632,00
Eletroencefalograma	und	284	R\$ 20.511,90
Espirometria	und	14	R\$ 461,65
Raio X de Tórax	und	62	R\$ 5.130,50
Raio X da Coluna	und	107	R\$ 8.343,33
Avaliação Psicossocial	und	29	R\$ 2.269,25
Teste de Romberg	und	29	R\$ 1.123,75

2.3 Unidades que utilizarão este serviço:

- ☐ Administração direta: todas as secretarias e afins da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa (PMPG)



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Secretaria Municipal de Recursos Humanos
Departamento de Saúde Ocupacional

☐ Administração indireta: Fundação de Assistência Social de Ponta Grossa (FASPG); Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Ponta Grossa (IPLAN) e Agência de Inovação e Desenvolvimento de Ponta Grossa (AID).

Observação: A Fundação Municipal de Saúde (FMS) possui Serviço Especializado de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) próprio, por isso não foi incluída neste termo.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses e terá sua eficácia após a publicação no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Prorrogável se mantida a vantajosidade e a critério da Administração

3.2 Após a homologação da licitação, o fornecedor registrado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços.

3.3 A execução se dará a partir do recebimento, pela empresa, do Empenho ou da Autorização de Compras.

3.4 A Ata de Registro de Preços e o Contrato decorrente da Ata oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas.

4. DA PESQUISA SISTEMATIZADA DE PREÇOS

4.1 A pesquisa de preços foi realizada de acordo com o artigo 23 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 e artigo 22 e seguintes do Decreto Municipal nº 21.500/2023. Foi constatada dificuldade em encontrar contratações públicas similares de mesmo objeto, majoritariamente a contratação é feita pelo serviço completo de Medicina do Trabalho, inviabilizando a extração de preços unitários confiáveis para cada tipo de exame. Devido à especificidade do objeto, a pesquisa formal com fornecedores especializados no mercado local se tornou a fonte mais fidedigna de apuração de preços.

4.2 MAPA DE PREÇOS

Lot e	Item	Descrição / Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Clinica	GAR	TAS	MedVita e	Média Unitária	Valor médio total
1	1	Atestado de Saúde Ocupacional (ASO)	und	8.251	R\$ 35,00	R\$ 38,48	R\$ 50,00	R\$ 30,00	R\$ 38,37	R\$ 316.590,87
	2	Acuidade Visual	und	284	R\$ 10,00	R\$ 12,00	R\$ 18,00	R\$ 12,50	R\$ 13,13	R\$ 3.727,50
	3	Audiometria	und	321	R\$ 20,00	R\$ 23,00	R\$ 30,00	R\$ 18,00	R\$ 22,75	R\$ 7.302,75
	4	Hemograma Completo	und	1.685	R\$ 7,80	R\$ 9,88	R\$ 12,00	R\$ 12,00	R\$ 10,42	R\$ 17.557,70
	5	Glicemia	und	284	R\$ 5,80	R\$ 7,68	R\$ 10,00	R\$ 12,00	R\$ 8,87	R\$ 2.519,08



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Secretaria Municipal de Recursos Humanos
Departamento de Saúde Ocupacional

2	1	Toxicológico	und	72	R\$ 130,00	R\$ 110,00	R\$ 160,00	R\$ 150,00	R\$ 137,50	R\$ 9.900,00
	2	Sorteio Randômico	und	12	R\$ 130,00	R\$ 110,00	R\$ 50,00	R\$ 150,00	R\$ 110,00	R\$ 1.320,00
	Valor total do lote									R\$ 11.220,00

5. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

5.1 Após a pesquisa de preços, analisados de forma crítica e atendendo ao artigo 23 do Decreto Municipal nº 21.500/2023, chegou-se aos valores unitários dos itens. O cálculo se deu por média aritmética simples, conforme o mapa de preços.

6. R\$ 428.214,90 (Quatrocentos e vinte e oito mil, duzentos e catorze reais e noventa centavos)

6.1 Este valor é uma estimativa inicial para a abertura dos lances da respectiva licitação.

7. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei nº 14.133/2021)

Considerando que os órgãos públicos da administração direta e indireta tem a obrigatoriedade de proteger e preservar a saúde e a segurança dos servidores, atendendo às exigências pela Norma Regulamentadora NR-7 e demais legislações pertinentes.

Considerando a obrigatoriedade do envio dos arquivos referentes à Segurança e Saúde no Trabalho (SST) para a plataforma do e-Social.

Considerando a obrigatoriedade da realização de exames toxicológicos para motoristas profissionais (categorias C, D e E).

Considerando as novas recomendações e diretrizes estabelecidas pela Norma Regulamentadora NR 1

A contratação visa assegurar a realização de um serviço abrangente de saúde ocupacional com a realização de exames médicos de forma eficiente, qualificada e em conformidade com as normas, além de otimizar recursos e garantir maior controle e fiscalização dos processos, visando garantir o cumprimento dos direitos e deveres dos servidores municipais e da PMPG, sendo necessária para complementar a capacidade do Serviço de Saúde Ocupacional Municipal, devido à deficiência de médicos no quadro e a ausência de laboratório próprio, bem como estrutura técnica e tecnológica para a realização dos exames laboratoriais, de imagem, complementares e toxicológico.

8. DA SOLUÇÃO CONSIDERADA O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c' da Lei nº 14.133/2021)

8.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se no Estudo Técnico Preliminar, documento que precede este Termo de Referência.

9. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/2021)

9.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Secretaria Municipal de Recursos Humanos
Departamento de Saúde Ocupacional

10. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução. Somente será pago à empresa Contratada, os valores correspondentes aos serviços efetivamente prestados, após a devida comprovação das notas fiscais devidamente atestadas.

11. DA SUSTENTABILIDADE

11.1 Deverá a empresa adotar boas práticas de Sustentabilidade Social, Econômica, Ambiental, Ética e Política, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução de poluição ambiental.

11.2 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Decreto Municipal nº 11.328/2016 e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

11.3 São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

- I - Menor impacto sobre recursos naturais como fauna, flora, ar, solo e água;
- II - Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III - Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV - Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V - Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- VI - Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- VII - Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

11.4 Deverá garantir que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15.448-1 e 15.448-2.

11.5 Garantir que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

12. DAS EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

12.1 Da habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista

12.1.1 As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado nos anexos aos editais de licitação, bem como os critérios de habilitação econômico-financeira.

12.2 Da habilitação técnica

12.2.1 Deverá apresentar o(s) seguinte(s) documento(s) como habilitação técnica:

a) A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove, de forma satisfatória, a aptidão do licitante para o fornecimento compatível em características e quantidades dos itens cujo valor individual seja igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação; a comprovação poderá ser demandada em quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das referidas parcelas;

Os referidos itens (que ultrapassam 4% do valor da contratação) são: **01, 04, 17.**



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Secretaria Municipal de Recursos Humanos
Departamento de Saúde Ocupacional

- b) registro ou inscrição da entidade no respectivo órgão profissional competente;
- c) apresentação de responsável técnico, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica.
- d) Credenciamento pelo órgão executivo de trânsito da União (SENATRAN), específico para o lote 02.
- e) Acreditação ISO 17025 (ou norma equivalente), válida, específico para o lote 02.

13. VEDAÇÃO

13.1 É vedada a dupla participação de empresas no certame, não podendo participar do pregão na condição de integrante de consórcio e também apresentando proposta de forma isolada, ou ainda que integre mais de um consórcio na mesma licitação. Tal exigência decorre diretamente do art. 15, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece, de forma clara, o impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou concorrer isoladamente. Trata-se de norma cogente, cuja observância visa resguardar os princípios da isonomia, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa, evitando práticas que possam comprometer a lisura do certame, como a simulação de competição ou o direcionamento indireto de resultado.

14. DA EXECUÇÃO CONTRATUAL (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'e' da Lei nº 14.133/2021)

14.1 Após a emissão do empenho ou contrato a empresa será convocada para prestação de serviço, da seguinte forma:

Os agendamentos deverão ser realizados, conforme demanda, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, devido o dimensionamento administrativo do setor de medicina do trabalho será entregue a guia ao servidor, o qual deverá realizar o agendamento dos exames no prazo máximo do dia posterior ao recebimento da guia.

Considerando que os prontuários são realizados em meio físico, a entrega dos resultados deverá ser realizada de forma impressa, em envelope lacrado e identificado, entregue diretamente aos fiscais, no local e data a baixo:

Local da Prestação de Serviço: espaço físico da empresa contratada, na cidade de Ponta Grossa.

Prazo de início: Imediato, para atendimento conforme demanda.

Prazo de entrega dos resultados dos exames: 03 dias úteis a partir da realização do serviço.

Horário de entrega: das 8h00min às 17h00min.

Locais de entrega: Medicina do Trabalho -Secretaria Municipal de Recursos Humanos
Av. Visconde de Taunay, nº 950, 1º Andar, Ronda, Ponta Grossa - PR, CEP 84051-000

15. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de cinco dias, pelo fiscal do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

15.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 dias, a contar da notificação da contratada, às custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

15.3 Os serviços serão recebidos definitivamente, conforme art. 80, incisos I, alínea 'b' e II, alínea 'b' do Decreto Municipal nº 21.500/2023. Outrossim, constatados vícios de quantidade e qualidade, a Administração poderá aplicar as garantias previstas no Código de Defesa do Consumidor.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Secretaria Municipal de Recursos Humanos
Departamento de Saúde Ocupacional

15.4 O recebimento provisório ou definitivo do serviço não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos da incorreta execução do contrato, bem como a responsabilidade sobre a garantia dos produtos.

15.5 Em caso de necessidade a contratada poderá solicitar adiamento de prazo de entrega desde que plenamente justificado e aceito pelo órgão requisitante e que o adiamento não traga transtornos as atividades de atendimento à população e aos servidores desta.

16. DA GESTÃO CONTRATUAL (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'f' da Lei nº 14.133/2021)

16.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas na Lei nº 14.133/2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

16.2 A designação de Gestor e Fiscal será realizada pela Autoridade Competente, mediante Ordem de Serviço a ser publicada no Diário Oficial do Município, concomitantemente à formalização da contratação.

Gestor do contrato

Nome: Ideise Rocio Moreira Lima
Matrícula: 32531

Gestor do contrato suplente

Nome: Karina Soares da Rosa
Matrícula: 19269

Fiscal técnico

Nome: Arianne Aparecida Gonçalves
Matrícula: 33444

Fiscal suplente

Nome: Elenise Iurk Ceregato
Matrícula: 33381

Fiscal administrativo

Nome: Silmara Aparecida de Freitas Rosa
Matrícula: 17228

Fiscal administrativo suplente

Nome: Janaina Gomes Amaral
Matrícula: 31291

17. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII. Alínea 'g' da Lei nº 14.133/2021)

17.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no anexo a este Termo de Referência ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Secretaria Municipal de Recursos Humanos
Departamento de Saúde Ocupacional

17.2 A utilização do relatório não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

17.3 O pagamento das obrigações observará a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021 e art. 85 do Decreto Municipal nº 21.500/2023, cujos prazos serão limitados a:

- a) 18 (dezoito) dias úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração; e
- b) 18 (dezoito) dias úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa.

17.4 O pagamento somente será efetuado se a Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura estiver atestada pela fiscalização.

17.5 A Nota Fiscal deverá ser emitida posteriormente à emissão do empenho, acompanhada dos seguintes documentos:

- a) prova de Regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal da sede do contratado;
- d) certidão de Regularidade do FGTS;
- e) certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

18. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'j' da Lei nº 14.133/2021)

18.1 As despesas para atender a esta contratação, estão previstas no orçamento para o exercício de 2025 e 2026 e constam de movimento constante no processo SEI135193/2025.

18.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes mediante apostilamento.

18.3 No Decreto Federal nº 11.462/2023 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, diz:

Art. 17º - A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

19. DO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

19.1 A contratação está prevista no Plano de Contratações - exercício 2025 e 2026 - através das demandas das unidades administrativas, conforme constantes no processo SEI135193/2025.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

20.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes nesse Termo assumindo com exclusividade os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando as obrigações a seguir dispostas:

20.1.1 A prestação dos serviços de ambos os lotes deverá ser realizada pela Contratada no interior de suas instalações, devendo possuir estrutura física na cidade de Ponta Grossa para evitar deslocamentos desnecessários dos servidores e assegurar a adequada prestação dos serviços públicos com menor risco, maior controle e melhor custo-benefício, sendo de responsabilidade única e exclusiva da Contratada o fornecimento de materiais e equipamentos para a realização do serviço contratado.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Secretaria Municipal de Recursos Humanos
Departamento de Saúde Ocupacional

20.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou ao acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

20.1.3 Apresentar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos atualizados:

- a) certidão conjunta relativa aos tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) certidão que comprove a regularidade perante a Fazenda Estadual;
- c) certidão que comprove a regularidade perante a Fazenda Municipal da sede do contratado;
- d) certidão de Regularidade do FGTS;
- e) certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

20.1.4 Atender as determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

20.1.5 Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

20.1.6 Paralisar por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que se esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

20.1.7 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

20.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

20.1.9 Cumprir durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

20.1.10 Sempre que solicitado, comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.

20.1.11 Cumprir, além dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual ou municipal, as normas regulamentadoras de segurança.

20.1.12 É obrigação da CONTRATADA manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a qualificação.

20.1.13 Prestar o serviço em perfeitas condições, conforme especificações, como prazo e local constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva Nota Fiscal.

20.1.14 Ter pleno conhecimento e aceitação, dos requisitos técnicos, do teor do Termo de Referência e seus anexos, documentos aplicáveis nas normas e legislação pertinentes, não havendo nenhuma dúvida quanto ao objeto entregue, bem como, concordar com todos os seus efeitos legais.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Secretaria Municipal de Recursos Humanos
Departamento de Saúde Ocupacional

20.1.15 Toda a mão de obra necessária para a execução do serviço e seus respectivos encargos sociais e trabalhistas, ficarão sob a responsabilidade da empresa CONTRATADA.

20.1.16 Indicar preposto para representá-la durante a execução do Termo de Contrato, quando for o caso.

20.1.17 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimentos adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

20.1.18 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto contratual e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

20.1.19 Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam das especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

20.1.20 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para maior de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

20.1.21 Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que anteceder a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

20.1.22 Os exames deverão ser executados por profissional legalmente habilitado, sendo obrigatório sua identificação no laudo laboratorial, com nome completo e número de inscrição no respectivo conselho de classe profissional.

21. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

21.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o objeto contratual.

21.2 Designar servidores para gerir, acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratual.

21.3 Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratual, podendo rejeitar, no todo ou em parte, fornecimento ou serviço, executado em desacordo com a ata a ser firmada.

21.4 Comunicar a CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal no que concerne a parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

21.5 Aplicar a CONTRATADA as sanções previstas na lei.

21.6 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da ata, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

21.7 A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Secretaria Municipal de Recursos Humanos
Departamento de Saúde Ocupacional

21.8 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução da ata, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

21.9 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

21.10 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo Contratual e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

21.11 Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido, fixando o prazo para resposta da empresa e a sua ação corretiva.

21.12 Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do Termo Contratual, através da fiscalização e gestão, cabendo a este, registrar todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou impropriedades observadas.

21.13 Observar para que, durante a vigência do presente Termo Contratual, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, assim como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

21.14 Efetuar o pagamento a CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo previsto no Decreto nº 21.500/2023 e suas alterações.

22. DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO DO CONTRATO

22.1 Independentemente do prazo de duração do contrato, utilizar-se-á como critério de reajuste o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, nos termos do art. 90 do Decreto Municipal nº 21.500/2023, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, que no presente caso foi finalizado com formalização do mapa de preços no dia 01/12/2025.

22.2 A concessão do reajuste será realizada de ofício mediante aditivo ao contrato.

22.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros de último reajuste.

22.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

22.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será obrigatoriamente o definitivo.

22.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

22.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

22.8 Surgindo fato desencadeador ocorrido após assinatura do contrato, que cause desequilíbrio decorrente de fato imprevisível, ou previsível, mas insuperável por mais diligente que tenha sido a respectiva parte.

22.9 Que o risco não se encontre entre aqueles que sejam atribuídos pela própria parte.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Secretaria Municipal de Recursos Humanos
Departamento de Saúde Ocupacional

22.10 Que esse fator de desequilíbrio não decorra de ação culposa ainda que indireta do requerente.

22.11 Que o desequilíbrio afete as condições financeiras da proposta, pode o CONTRATANTE requer o reequilíbrio.

22.12 O prazo para o CONTRATANTE analisar e decidir sobre o pedido de reequilíbrio é de 45 (quarenta e cinco) dias, sendo que em caso de ultrapassar esses dias, caberá incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês, mais a correção monetária sob o respectivo montante.

22.13 A exclusão do regime tributário do Simples Nacional por ato voluntário da contratada ou superação dos limites da receita bruta anual, que cuida o art. 30 da Lei Complementar nº 123/2006, não enseja o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

23. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

23.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/sem outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original.

23.2 Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato.

23.3 Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

24. DOS ESCLARECIMENTOS E EXIGÊNCIAS ADICIONAIS

24.1 As partes envolvidas deverão observar as disposições da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados, quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados, em especial quanto à finalidade e boa fé na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe o presente processo.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Secretaria Municipal de Recursos Humanos
Departamento de Saúde Ocupacional

- ☐ Critérios e Mecanismos de cálculos deverão ser utilizados os de relevância, inseridos no Termo de Referência;
 - ☐ A medição será aplicada mensalmente, após decorrido o primeiro mês de vigência do contrato, a fim de que a contratada possa se adequar à metodologia de aferimento de resultado.
 - ☐ As medições serão realizadas em datas mensais escolhidas pela fiscalização e têm por objetivo obter o retrato dos serviços prestados no momento de sua apuração, o qual refletirá o resultado das tarefas do mês que antecedeu a medição.
 - ☐ Tendo em vista a perfeita execução do serviço, o fiscal do contrato, no aferimento do resultado, levará em consideração a avaliação dos usuários e a sua própria.
 - ☐ A avaliação corresponde à atribuição mensal dos conceitos “bom”, “razoável”, “insatisfatório” e “péssimo”, equivalente aos valores 3, 2, 1 e 0 para cada item avaliado e as respectivas justificativas, se necessário.
 - ☐ Serão módulos distintos a serem avaliados, cada um com seu respectivo peso no cômputo geral, formando a pontuação final que será aplicada na faixa de tolerância
- 25.** Em virtude de alguns fatores que estejam fora do controle do prestador e que possam interferir no atendimento de metas, apresenta-se possibilidades em que a fiscalização analisará a aplicação ou não do desconto em razão de ocorrência verificada: greves, manifestações e paralisações; impossibilidade temporária de prestação dos serviços em determinado(s) posto(s); mudança nas legislações reguladoras atinentes à execução dos serviços, atribuindo novas responsabilidades à CONTRATADA.